

Veron: 005/12



OF/CTL/CC nº 1575 /2012

Curitiba, 14 de agosto de 2012

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 SET. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

1 - À DAP para leitura no expediente
2 - À DL para providências.

Em, _____

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 205/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, Inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 303/2012, por considerá-lo Inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 303/2012, de autoria parlamentar, busca instituir crédito presumido sobre o ICMS devido pelos estabelecimentos industriais nas saídas de produtos fabricados por eles próprios e desde que no mínimo 75% do custo da matéria-prima utilizada na produção decorra da aquisição de material reciclado de papel, papelão e plástico.

Conforme a justificativa apresentada pelo autor do Projeto de Lei nº 303/2012, a medida tem por objetivo manter no município de União da Vitória determinado setor industrial que cogitaria transferir-se para Santa Catarina, a fim de gozar de benefício fiscal equivalente ao ora proposto por essa Assembleia.

Em que pese o nobre intuito de proteger o setor produtivo paranaense, tenho que o Projeto em referência é inválido, por padecer de Inconstitucionalidade formal.

Com efeito, o Estado Brasileiro está compulsoriamente organizado sob a forma federativa, cuja característica básica é a descentralização político-administrativa, que vem a ser uma técnica utilizada pelo Constituinte originário sobretudo para conservar a pluralidade regional sem comprometer a unidade nacional.

Excelentíssimo Senhor
Deputado Valdir Rossoni
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

ProL11.514.416-2

Seguindo esse espírito, o art. 155 da Constituição federal atribuiu aos Estados-membros a competência para instituir o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. A par disso, no entanto, a Lei Maior estabeleceu uma série de medidas voltadas à homogenização normativa do tributo, a fim de dificultar a adoção de condutas que ponham em risco o pacto federativo, uma das cláusulas pétreas da Constituição, nos termos do art. 60, § 4º, Inciso I.

Não por outra causa, a Constituição exige a edição de lei complementar nacional para a disciplina dos aspectos básicos do ICMS, condicionando inclusive o deferimento de benefícios fiscais ao cumprimento dos termos de convênio a ser firmado por todos os Estados-membros. Vejamos:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

(...)

§ 2.º O imposto previsto no Inciso II atenderá ao seguinte:

(...)

XII – cabe à lei complementar. (...)

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.


Não é demais repetir: normas que ignorem essa sistemática não encontram guarida na Lei Maior, consoante a jurisprudência do Supremo:

ICMS: 'guerra fiscal': concessão unilateral de desoneração do tributo por um Estado federado, enquanto vigorem benefícios similares concedido por outros: liminar deferida. A orientação do Tribunal é particularmente severa na repressão à guerra fiscal entre as unidades federadas, mediante a

prodigalização de isenções e benefícios fiscais atinentes ao ICMS, com afronta da norma constitucional do art. 155, § 2º, XII, g; que submete sua concessão à decisão consensual dos Estados, na forma de lei complementar (ADIn 84-MG, 15-2-1996, Galvão, DJ de 19-4-1996; ADInMC 128-AL, 23-11-1989, Pertence, RTJ 145/707; ADInMC 902 3-3-1994, Marco Aurélio, RTJ 151/444; ADInMC 1.296-PI, 14-8-1995, Celso; ADInMC 1.247-PA, 17-8-1995, Celso, RTJ 168/754; ADInMC 1.179-RJ, 29-2-1996, Marco Aurélio, RTJ 164/881; ADInMC 2.021-SP, 4-8-1999, Corrêa; ADIn 1.587, 19-10-2000, Gallotti, Informativo 207, DJ de 15-8-1997; ADInMC 1.999, 30-8-1999, Gallotti, DJ de 31-3-2000; ADInMC 2.352, 19-12-2000, Pertence, DJ de 9-3-2001.) As normas constitucionais, que impõem disciplina nacional ao ICMS, são preceitos contra os quais não se pode opor a autonomia do Estado, na medida em que são explícitas limitações. O propósito de retaliar preceito de outro Estado, inquinado da mesma balda, não valida a retaliação: Inconstitucionalidades não se compensam. Concorrência do periculum in mora para a suspensão do ato normativo estadual que, posto inspirada na razoável preocupação de reagir contra o Convênio ICMS 58/1999, que privilegia a importação de equipamentos de pesquisa e lavra de petróleo e gás natural contra os produtos nacionais similares, acaba por agravar os prejuízos igualmente acarretados à economia e às finanças dos demais Estados-membros que sediam empresas do ramo, às quais, por força da vedação constitucional, não hajam deferido benefícios unilaterais. (ADI 2.377-MC, rel. min. Sepúlveda Pertence, Plenário, DJ de 7-11-2003)

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 303/12 (Autoria do Deputado Valdir Rossoni)

Dispõe sobre o tratamento tributário relativo ao ICMS devido pelos estabelecimentos industriais nas operações com produtos em cuja fabricação seja utilizado material reciclado.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º Fica concedido crédito presumido sobre o imposto devido pelos estabelecimentos industriais nas saídas de produtos fabricados por eles próprios e desde que, no mínimo, 75% do custo da matéria prima utilizada na sua produção decorra da aquisição de MATERIAL RECICLADO DE PAPEL, DE PAPELÃO E DE PLÁSTICO OU DE RESÍDUOS DE PAPEL, DE PAPELÃO E DE PLÁSTICOS ORIUNDOS DE RECICLAGEM (realizadas pelo estabelecimento industrial que as produzir).

Art. 2º O crédito presumido será calculado mediante aplicação dos seguintes percentuais:

a) 76,388 % (setenta e seis inteiros e trezentos e oitenta e oito milésimos por cento) nas operações sujeitas à alíquota de 18% (dezoito por cento);

b) 64,583 % (sessenta e quatro inteiros e quinhentos e oitenta e três milésimos por cento) nas operações sujeitas à alíquota de 12% (doze por cento);

c) 39,285 % (trinta e nove inteiros e duzentos e oitenta e cinco por cento) nas operações sujeitas à alíquota de 7% (sete por cento).

Art. 3º Para a apropriação do crédito presumido, de que trata esta Lei, o contribuinte deverá:

I - emitir Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, fazendo constar no campo "Natureza da Operação" a expressão "Crédito Presumido" e, no quadro "Dados do Produto", o número, a data e o valor dos documentos relativos às operações que geraram direito ao crédito presumido;

II - lançar a nota fiscal a que se refere a alínea anterior no campo "Observações" do livro Registro de Saídas e o valor do crédito no campo "Outros Créditos" do livro Registro de Apuração do ICMS.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 303/12

fls.2.

Art. 4º O benefício previsto nesta Lei será apropriado em substituição ao aproveitamento de quaisquer outros créditos fiscais decorrentes da aquisição de matérias-primas e dos demais insumos utilizados na fabricação desses produtos, bem como dos serviços tomados, na proporção do valor dessas saídas sobre o valor total das operações do estabelecimento, exceto em relação àqueles relativos à aquisição de energia elétrica e de bens destinados ao ativo imobilizado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 11 de julho de 2012.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

Deputado RENE PEREIRA
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 08
58

PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 035/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 035/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 303/2012, de autoria do Deputado VALDIR ROSSONI, que dispõe sobre o tratamento tributário relativo ao ICMS devido pelos estabelecimentos industriais nas operações com produtos em cuja fabricação seja utilizado material reciclado.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

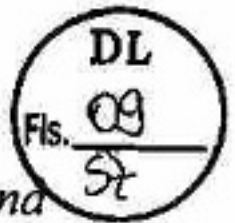
O projeto de lei nº 303/12, de autoria do Deputado VALDIR ROSSONI, que dispõe sobre o tratamento tributário relativo ao ICMS devido pelos estabelecimentos industriais nas operações com produtos em cuja fabricação seja utilizado material reciclado, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 303/12 foi enviado à sanção e recebido na data de 25 de julho de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 035/12, foi exarada em data de 14 de agosto de 2012, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
10
Fis. 57

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2012


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR

APROVADO

unânime 18/09



MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Paraná

PROJETO DE LEI 635/12



Súmula: Cria cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, transforma cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

Art. 1º. Ficam criados no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná os seguintes cargos:

I – para compor o Grupo Ocupacional Superior:

- a) 02 (dois) cargos efetivos de Analista de Operações e Segurança;
- b) 02 (dois) cargos efetivos de Analista de Administração de Banco de Dados;
- c) 02 (dois) cargos efetivos de Psicólogo;
- d) 01 (um) cargo efetivo de Médico;
- e) 01 (um) cargo efetivo de Arquiteto;
- f) 01 (um) cargo efetivo de Engenheiro Civil;
- g) 01 (um) cargo efetivo de Engenheiro Eletricista;
- h) 02 (dois) cargos efetivos de Estatístico;
- i) 01 (um) cargo efetivo de Analista de Sistema;
- j) 04 (quatro) cargos efetivos de Analista de Comunicação;

II – para compor o Grupo Ocupacional Intermediário:

- a) 01 (um) cargo efetivo de Programador;
b) 04 (quatro) cargos efetivos de Técnico em Informática;
c) 40 (quarenta) cargos efetivos de Auxiliar Técnico;
d) 03 (três) cargos efetivos de Técnico em Edificações;

III – para compor o Grupo Ocupacional Básico:

- 20 (dez) cargos efetivos de Oficial de Promotoria;



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



IV - 04 (quatro) cargos de provimento em comissão de Assessor de Comunicação, símbolo DAS-4;

V - 50 (cinquenta) cargos de provimento em comissão de Assessor de Procuradoria, símbolo DAS-4;

VI - 15 (quinze) cargos de provimento em comissão de Assessor de Assessor de Promotoria, símbolo DAS-5;

Art. 2º. Ficam transformados, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, 34 (trinta e quatro) cargos efetivos de Técnico Superior nos seguintes cargos pertencentes ao Grupo Ocupacional Superior:

I - 12 (doze) cargos efetivos de Auditor;

II - 11 (onze) cargos efetivos de Assistente Social;

III - 08 (oito) cargos efetivos de Administrador;

IV - 02 (dois) cargos efetivos de Pedagogo;

V - 01 (um) cargo efetivo de Arquivista.

Parágrafo único. A descrição das atribuições dos cargos previstos neste artigo e outras características atinentes às suas funções serão definidas em ato a ser expedido pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 3º. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere esta Lei serão distribuídos nos órgãos do Ministério Público e suas unidades administrativas por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 4º. A investidura nos cargos efetivos de que tratam o artigo 1º, incisos I a III e o artigo 2º, dependerá de aprovação prévia em concurso público, considerando-se os requisitos essenciais definidos em lei e regulamentação específica.

Art. 5º. A remuneração dos servidores que vierem a preencher os cargos criados ou transformados por esta Lei corresponde aos valores constantes nas tabelas vigentes para o Quadro dos Servidores do Ministério Público do Paraná.

Art. 6º. Os cargos criados ou transformados por esta Lei serão providos na medida da necessidade dos serviços, a partir de 1º de janeiro de 2013, observada a existência de disponibilidade orçamentária, e financeira e demais exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 7º. A progressão na carreira dar-se-á de acordo com o disposto no artigo 5º, incisos I e II, da Lei nº 11.455, de 10 de julho de 1996.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Art. 8º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto propõe a criação, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, de 85 (oitenta e cinco) cargos de provimento efetivo e de 69 (sessenta e nove) cargos de provimento em comissão, bem como a transformação de 34 (trinta e quatro) cargos de provimento efetivo, e outras providências.

Visa a presente proposta suprir às necessidades decorrentes da defasagem dos cargos do Ministério público em relação ao Poder Judiciário, a par da implementação de mais uma nova etapa da remodelação e ampliação da estrutura organizacional da Procuradoria-Geral de Justiça, iniciada com a Lei nº 15.913, de 28 de julho de 2008, agora com vistas a compatibilizá-la com as diretrizes institucionais advindas do novo Plano Estratégico do Ministério Público do Paraná – Projeto GEMPAR 2018, aprovado em 15.12.2009, que prevê, a par da modernização administrativa, a ampliação, racionalização e otimização da atuação ministerial tanto na esfera judicial quanto na extrajudicial.

Como consignado, há exposição de motivos do anteprojeto convertido na supracitada Lei nº 15.913/2008, *"por atribuição constitucional cumpre ao Ministério Público defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, objetivando construir uma sociedade livre, justa e solidária. As múltiplas contingências do cotidiano social têm maximizado a demanda pela intervenção institucional. O despertar da cidadania canaliza para o Ministério Público, especialmente, a justa aspiração das camadas da população mais dependentes da tutela estatal. Dar-lhes respostas céleres e efetivas, em sincronia com seus acalentados anseios, implica uma constante mutação estrutural, uma prospecção por novas metodologias, a intensificação e a diversificação das áreas de atuação"*.

Convém assinalar, outrossim, que estudos de readequação organizacional do Ministério Público do Paraná foram iniciados em 27 de agosto de 2004, tendo mais recentemente a Portaria Conjunta nº 001/2008-SUBPLAN/SUBADM, de 12 de dezembro de 2008, instituído Grupo de Trabalho para efetivar a revisão e o ajuste da



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça à nova realidade institucional, cuja conclusão foi apresentada 07 de abril de 2010.

Concentrando-se nos serviços auxiliares surge, assim, a presente proposta como mais uma etapa de um amplo processo de modernização administrativa e funcional que contempla a incorporação de projetos diversos voltados a diferentes e múltiplas atividades.

Com relação à proposta de criação de cargos de provimento efetivo, convém esclarecer que os cargos de *engenheiro civil, engenheiro eletricista, arquiteto e técnico em edificações*, resulta da verificação da necessidade e da vantajosidade funcional e econômica de se ter junto ao Departamento de Infraestrutura um serviço próprio de coordenação e supervisão das construções de sedes e subsedes do Ministério Público, na Capital e no Interior, atuando desde a fase de elaboração dos projetos até a ocupação do imóvel, bem como na manutenção, reforma e adaptação dos já existentes, vistorias, assessoramento nas questões atinentes à aquisição de matérias e equipamentos, contratação de serviços específicos etc.

Os cargos efetivos de *médico, pedagogo, psicólogo e assistente social* destinam-se a compor os serviços auxiliares nas áreas de atuação específica dos Centros de Apoio Operacional e Promotorias de Justiça, incumbindo ainda ao primeiro integrar junta de perícia médica da Instituição e atuar nos procedimentos internos que envolvam questões de saúde de membros e servidores do Ministério Público e eventuais afastamentos por este motivo, aposentadoria por invalidez, bem como em procedimentos administrativos disciplinares. Os 11 (onze) cargos de *assistente social*, resultante da transformação de igual número de cargos de técnico superior, encontram justificativa na necessidade de prover cada uma das comarcas elevadas à entrância final no ano de 2012 (Arapongas, Apucarana, Campo Mourão, Cianorte, Francisco Beltrão, Pato Branco, Paranavaí, Paranaguá, Toledo, União da Vitória e Umuarama) com, no mínimo, 01 (um) profissional de serviço social para atuação regionalizada em demandas coletivas, projeto MP Social e, ainda, atender às Resoluções nº 67, de 16.05.2011 e nº 71, de 15.07.2011, do Conselho Nacional do Ministério Público, que dispõem sobre a fiscalização de unidades socioeducativas e abrigos.

A previsão de novos cargos efetivos de *administrador, auditor, arquivista, estatístico e auxiliar técnico* destina-se a suprir a necessidade do



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Ministério Público tanto área administrativa quanto institucional, sempre crescente em razão do aumento da demanda, enfatizando-se a necessidade de organização de Centrais de Atendimento ao Cidadão, cuja estrutura é formada basicamente por auxiliares técnicos, nas comarcas de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Cascavel e Guarapuá. Os 12 (doze) cargos de auditor, resultante da transformação de igual número de cargos de técnico superior, visam reforçar as estruturas regionais de auditoria das unidades de Umuarama, Paranavaí, Pato Branco, Francisco Beltrão e Guaçuama, que funcionam com apenas um auditor e, ainda, estruturar núcleos em comarcas elevadas à entrância final no ano de 2012 (Arapongas, Apucarana, Cianorte, Campo Mourão, Paranaguá, Toledo e União da Vitória)

Os cargos efetivos de *analista de sistemas, programador e técnico em informática* deverão compor as equipes dos Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro e de Monitoramento de Sinais que funcionam em razão do Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Ministério da Justiça, dando suporte a investigações e desenvolvendo sistemas de inteligência aptos ao enfrentamento à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado. Neste aspecto a equipe técnica corresponde à contrapartida do Ministério Público do Estado do Paraná diante do citado Acordo de Cooperação Técnica, firmado com o Ministério da Justiça, ao qual coube a disponibilização dos equipamentos, softwares e capacitação dos servidores.

Os novos cargos efetivos de *analista de operações e segurança* e de *analista de administração de banco de dados* vão compor o Departamento de Tecnologia da Informação. Ao primeiro caberá a responsabilidade pelo projeto e manutenção do esquema de segurança da rede, incluindo a segurança de equipamentos (acesso físico), dos dados (acesso não autorizado) e de sistemas operacionais de clientes e servidores; pela proposição, implementação e monitoramento da política de segurança quanto ao uso de recursos computacionais; pela operação dos sistemas e equipamentos portados no Data Center da Instituição; pelo monitoramento constante de aspectos novos relacionados à segurança (notas técnicas de invasão, novos bugs de segurança encontrados em produtos na rede etc. Ao cargo de *analista de administração de banco de dados* incumbirá a responsabilidade pela administração de Banco de Dados existentes no Ministério Público do Paraná, dentro de parâmetros de segurança e integridade, tendo em vista as inovações tecnológicas e as alterações necessárias às aplicações; pela projeção de estruturas de novos bancos de dados, bem como pelo desenvolvimento de programas utilitários, orientação dos usuários na



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



utilização do sistema. A criação destes cargos é essencial para dotar o Ministério Público do Paraná dos recursos humanos necessários com vistas à autonomia da Tecnologia da Informação, conforme previsto pelo Plano de Informática 2009/2014;

A criação de 20 (vinte) novos cargos de *oficial de promotoria*, que detêm o encargo de apoio administrativo às Promotorias de Justiça, decorre da ampliação da estrutura do Poder Judiciário em primeiro grau, perante o qual deve officiar o Ministério Público.

No tocante à criação de 50 (cinquenta) cargos de provimento em comissão de Assessor de Procuradoria, símbolo DAS 4 e de 15 (quinze) cargos de provimento em comissão de Assessor de Promotoria, símbolo DAS 5, destinam-se a fazer frente à ampliação do número de cargos no Poder Judiciário, em segundo e primeiro graus, respectivamente, esclarecendo-se a opção do Ministério Público pelo reforço das assessorias de suas Procuradorias e Promotorias de Justiça, no lugar da criação de cargos de membros do Ministério Público correspondentes aos da Magistratura.

Por último, a criação de 04 (quatro) cargos de provimento em comissão de *assessor de comunicação*, símbolo DAS 4, destina-se à composição das chefias de áreas da Assessoria de Comunicação que, juntamente com a criação de 04 (quatro) cargos de provimento efetivo de *analista de comunicação*, visam atender a necessidade de adequação da estrutura de comunicação do Ministério Público do Estado do Paraná, em consonância com o Plano Diretor de Comunicação recém aprovado, de modo a viabilizar o atendimento às múltiplas demandas de comunicação da Instituição, relacionadas aos projetos estratégicos das mais diversas áreas de sua atuação (criminal, cível, direitos humanos, educação, saúde, meio ambiente, consumidor, patrimônio público, infância e juventude, idosos, portadores de deficiência, habitação e urbanismo, etc) direitos humanos, em todo o Estado.

Registre-se que, conforme cálculos realizados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos - DAFRE (cf. Informação nº 398/2012), o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, que poderá atingir, a partir de fevereiro de 2013, o montante de R\$ 452.017,84 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, dezessete reais e quarenta e quatro centavos), referente aos cargos de provimento em comissão e, a partir de junho de 2013, mais R\$ 403.023,53



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



(quatrocentos e três mil, vinte e três reais e cinquenta e três centavos) referente aos cargos de provimento efetivo, corresponde a um acréscimo mensal, respectivamente, de 1,65% (um vírgula sessenta e cinco por cento) a partir de fevereiro de 2013 e mais 1,47 (um vírgula quarenta e sete por cento) a partir de junho de 2013, tendo referida despesa, estimada em R\$ 8.989.023,82 (oito milhões, novecentos e oitenta e nove mil, vinte e três reais e oitenta e dois centavos) para o exercício de 2013, previsão no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Projeto de Lei nº 492, aprovado em 27.11.2012, e encaminhado à sanção na mesma data), conforme Informação nº 2.903/12, do Departamento Financeiro - DF.

Por igual, demonstrou o estudo técnico realizado pelo Departamento Financeiro (cf. Informação nº 2.904/12) que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição, para o exercício de 2013, será de 0,03599% (zero vírgula zero três cinco nove por cento) em relação à receita corrente líquida prevista, fixando-se com este acréscimo em 1,655% (um vírgula seiscentos e cinquenta e cinco por cento), donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial.

Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada, por maioria, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão realizada no dia 06 de dezembro próximo passado.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), que a despesa decorrente da criação de cargos de provimento efetivo e em comissão, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, objeto do Anteprojeto de Lei encaminhado com o Ofício nº 2619/12-GAB, de 11 de dezembro do ano em curso, apresenta adequação orçamentária e financeira com a Proposta Orçamentária do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2013, constante do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2013 (Projeto de Lei nº 492, aprovado em 27.11.2012 e encaminhado à sanção na mesma data), compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 17.013, de 14.12.2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 17.219, de 09 de junho de 2012 (LDO).

Curitiba, 11 de dezembro de 2012.

Gilberto Giacoia,
Procurador Geral de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Ofício nº 2619/12-GAB

Curitiba, 11 de dezembro de 2012.



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.
Em, 12 DEZ. 2012
Ring
1º Secretário

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.
Em 12/12/2012
[Assinatura]
Presidente

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso *Anteprojeto de lei* que cria cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, transforma cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

[Assinatura]
Gilberto Glacoiá
Procurador Geral de Justiça.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

14129 12/12/2012 000276 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 635/2012

Projeto de Lei nº 635/2012

Autor: Ministério Público

Súmula: Cria cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, transforma cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

EMENTA: CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E EM COMISSÃO. TRANSFORMA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO. SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CE. LC 101/00. LC 95/98. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público visa criar cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, transforma cargos em provimento efetivo.

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Concedido vista.

Em 12/12/2012

Todos Deputados

883

[Assinatura]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Ministério Público, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114 determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira, (grifos nossos)

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos)

Além disso, a Lei Federal 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros;

Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público detém para propor o presente projeto de lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que foi devidamente apresentada a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2012, nos termos do art. 16 da Lei Complementar n.º 101/00:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar n.º. 95/98.

CONCLUSÃO

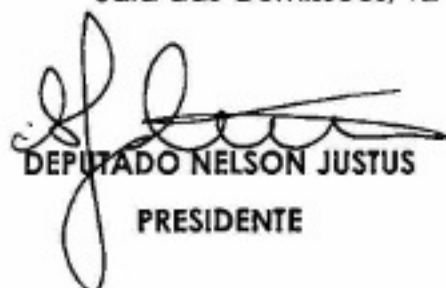


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO.**

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO Alexandre Curi
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 635/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Ministério Público do Estado do Paraná – Ofício nº 2619/12, objetiva criar cargos de provimento efetivo e em comissão no Quaro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e transforma cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que o Projeto encontra-se plenamente justificado.

Observamos que o autor da proposta informa que, as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná, observados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

De igual modo, conforme constata-se na justificativa do autor, a proposta vem acompanhada dos cálculos elaborados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos - DAFRE (Informação nº 398/2012), constando que o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, que poderá atingir, a partir de fevereiro de 2013, o montante de R\$452.017,84 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, dezessete reais e oitenta e quatro centavos), referente aos cargos de provimento em comissão e, a partir de julho de 2013, mais R\$403.023,53 (quatrocentos e três mil, vinte e três reais e cinquenta e três centavos) referente aos cargos de provimento efetivo, corresponde a um acréscimo mensal, respectivamente, de 1,65% (um virgula sessenta e cinco por



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



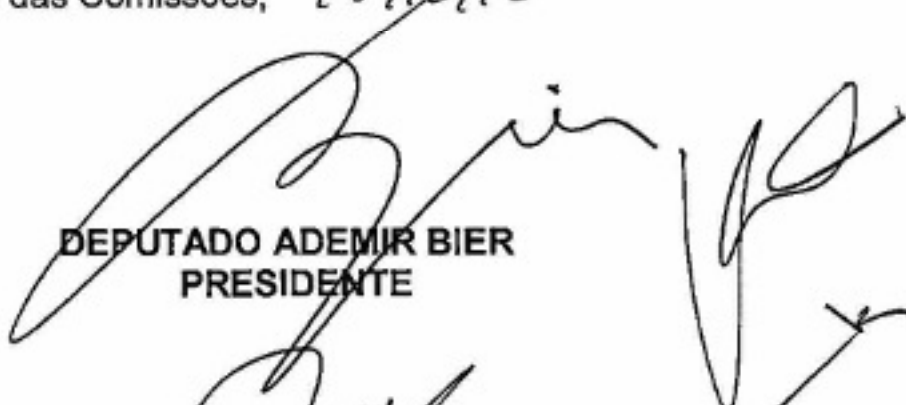
cento) a partir de fevereiro de 2013 e mais 1,47% (um virgula quarente e sete por cento) a partir de junho de 2013, tendo a referida despesa, estimada em R\$8.989.023,82 (oito milhões, novecentos e oitenta e nove mil, vinte e três reais e oitenta e dois centavos) para o exercício de 2013.


Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Senhor Gilberto Giacoia, Procurador Geral de Justiça, informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com a Proposta Orçamentária do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2013, constante do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2013, compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 17.219, de 02 de junho de 2012 (LDO).

Desta forma, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 18/12/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO Elio Rusch
RELATOR